

| | |
|-------------------------|--|
| PROCESSO Nº: | @RLI 20/00524898 |
| UNIDADE GESTORA: | Prefeitura Municipal de São Joaquim |
| RESPONSÁVEIS: | Giovani Nunes – Prefeito Municipal desde 01/01/2017 Fabiano Padilha – Secretário Municipal de Educação desde 01/03/2018 |
| INTERESSADO: | Prefeitura Municipal de São Joaquim |
| ASSUNTO: | Monitoramento do cumprimento das Metas 18 e 19 da Lei (municipal) n. 4333/2015 (Plano Municipal de Educação – PME) |
| RELATOR: | Wilson Rogério Wan-Dall |
| UNIDADE TÉCNICA: | Divisão 1 - DAP/CAPE I/DIV1 |
| RELATÓRIO Nº: | DAP – 5630/2020 – Diligência |

1. INTRODUÇÃO

Tratam os autos de Relatório de Inspeção (RLI) cujo escopo consiste em monitorar o cumprimento de metas relacionadas a atos de pessoal no Plano Municipal de Educação de São Joaquim, matéria que se insere no rol de competências de fiscalização conferidas ao Tribunal de Contas pelo art. 59, inciso IV, da Constituição Estadual; art. 1º, inciso V, da Lei Complementar n. 202/2000 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas e art. 1º, inciso V, da Resolução n. TC 06/2001 – Regimento Interno do Tribunal de Contas.

Ressalta-se que este procedimento de fiscalização contempla itens da ação 33.4 do anexo constante na Portaria n. TC-0968/2019, que altera o anexo da Portaria n. TC-374/2018, que aprovou o Plano de Ação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no controle externo da educação – TCE Educação.

Importante frisar que a inspeção destina-se a monitorar o cumprimento do Plano Nacional de Educação e das Metas 18 e 19 do Plano Municipal de Educação do Município de São Joaquim, estipulando-se como objetivos específicos da inspeção: *a) verificar a existência de Plano de Carreira para os profissionais do Magistério; b) avaliar a formulação da Gestão Democrática das Escolas (escolha dos Diretores das unidades escolares), e, c) conferir a aplicação do Piso Salarial Nacional na carreira profissional do Magistério.*

Cumpra informar que a unidade gestora representa o Poder Executivo do Município de São Joaquim e pertence à Administração Direta, perfazendo o exercício de serviços públicos para a população municipal, mais especificamente, no que tange ao presente processo, na área da educação.

Oportuno mencionar que se adotará como técnica metodológica a análise documental, com solicitações por escrito à unidade gestora, mediante as requisições constantes nos autos. Registre-se que, para a situação encontrada (achado de inspeção), haverá a confrontação com critérios utilizados como parâmetro, fundamentados em dispositivos legais e/ou normativas vigentes pertinentes à matéria em análise.

2. PROPOSTA DE DILIGÊNCIA

De início, cabe trazer à baila o que preceitua o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei (Federal) n. 13.005/2014, em consonância com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, e o Plano Municipal de Educação de São Joaquim – PME, Lei (Municipal) n. 4.333/2015, nos seguintes termos:

PNE

Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PNE:

[...]

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

[...]

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PNE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

[...]

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, **em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE**, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

[...]

ANEXO - METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, **a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais** da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, **tomar como referência o piso salarial nacional profissional**, definido em lei federal, **nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal**.

[...]

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para **a efetivação da gestão democrática da educação**, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

PME

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

[...]

3 METAS PME

[...]

Meta 18: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando, no prazo de 2 (dois) anos, **a existência de plano de carreira**, assim como a sua reestruturação, **que tem como referência o piso nacional**, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para **a efetivação da gestão democrática da educação**, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Diante do que foi apresentado, para que este Corpo Técnico possa analisar o cumprimento das Metas 18 e 19 do Plano Municipal de Educação, necessita-se diligenciar à Prefeitura Municipal de São Joaquim, para que remeta a esta Corte de Contas os seguintes documentos e informações:

2.1. Informações quanto à remuneração dos professores, de acordo com os itens que seguem (META 18 do PME):

2.1.1. Vencimento básico do cargo efetivo de professor 40 horas, em agosto de 2020, com o envio de 20 contracheques de servidores ocupantes do respectivo cargo que desempenhem a carga horária acima apontada;

2.1.2. Vencimento básico do contratado temporário para exercer as funções do cargo efetivo de professor 40 horas, em agosto de 2020;

2.2. Informações quanto à existência do Plano de Carreira do Magistério, de acordo a legislação estabelecida pelo Município (META 18 do PME);

2.3. Informações quanto à escolha dos diretores de unidades escolares dos municípios, de acordo com o que segue (META 19 do PME):

| Nome do servidor | Cargo efetivo de origem | Escolaridade/capacitação do Diretor (a) | | Regulamentação legal vinculada aos requisitos para o desempenho do cargo de Diretor de unidade escolar (b) | Regulamentação legal vinculada à participação da comunidade na gestão da unidade escolar (c) | Existência de Plano de Gestão Escolar (sim ou não) (d) |
|------------------|-------------------------|---|--|--|--|--|
| | | Graduação (bacharelado ou licenciatura em determinado curso) | | | | |
| | | Pós-Graduação (especialização, mestrado ou doutorado – informar a área de pesquisa) | | | | |
| | | Realização de Curso de Formação em Gestão Escolar (sim ou não) | | | | |

(a) Juntar cópia da documentação comprobatória (diplomas, certificado de conclusão de curso) da escolaridade/capacitação do Diretor;

(b) Juntar cópia da documentação comprobatória do atendimento aos requisitos legais pelo servidor ocupante do cargo de Diretor;

(c) Juntar cópia da documentação comprobatória do atendimento aos requisitos legais vinculados à participação da comunidade na gestão escolar (atas de audiências públicas, reuniões ou quaisquer outras informações que forem pertinentes à verificação da gestão democrática da direção escolar);

(d) Se existente, juntar cópia do Plano de Gestão Escolar vinculado ao servidor que exerce o cargo de Direção de unidade escolar.

Importa ressaltar que o não atendimento à Diligência deste Tribunal pode repercutir em multa, conforme previsão do art. 109, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TC n. 06/2001), a saber:

Art. 109. O Tribunal poderá aplicar multa de até cinco mil reais, observada a gradação abaixo, aos responsáveis por:

[...]

III - não atendimento, no prazo fixado, à diligência ou determinação do Tribunal, no valor compreendido entre quatro por cento e cinquenta por cento do montante referido no caput deste artigo;

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, sugere-se que seja determinada à SEG/DICM **Diligência** dos autos, nos termos do art. 123, § 3º da Resolução TC n. 06/01, com ofício à **Prefeitura Municipal de São Joaquim**, para que remeta a esta Corte de Contas, **no prazo de 30 (trinta) dias**, os seguintes documentos e informações:

3.1. Informações quanto à remuneração dos professores, de acordo com os itens que seguem (META 18 do PME):

3.1.1. Vencimento básico do cargo efetivo de professor 40 horas, em agosto de 2020, com o envio de 20 contracheques de servidores ocupantes do respectivo cargo que desempenhem a carga horária acima apontada;

3.1.2. Vencimento básico do contratado temporário para exercer as funções do cargo efetivo de professor 40 horas, em agosto de 2020;

3.2. Informações quanto à existência do Plano de Carreira do Magistério, de acordo a legislação estabelecida pelo Município (META 18 do PME);

3.3. Informações quanto à escolha dos diretores de unidades escolares dos municípios, de acordo com o que segue (META 19 do PME):

| Nome do servidor | Cargo efetivo de | Escolaridade/capacitação do Diretor (a) | Regulamentação legal vinculada aos requisitos | Regulamentação legal vinculada à participação | Existência de Plano de |
|------------------|------------------|---|---|---|------------------------|
|------------------|------------------|---|---|---|------------------------|

| | origem | | para o desempenho do cargo de Diretor de unidade escolar (b) | da comunidade na gestão da unidade escolar (c) | Gestão Escolar (sim ou não) (d) |
|--|--------|---|--|--|---------------------------------|
| | | Graduação (bacharelado ou licenciatura em determinado curso) | | | |
| | | Pós-Graduação (especialização, mestrado ou doutorado – informar a área de pesquisa) | | | |
| | | Realização de Curso de Formação em Gestão Escolar (sim ou não) | | | |

(a) Juntar cópia da documentação comprobatória (diplomas, certificado de conclusão de curso) da escolaridade/capacitação do Diretor;

(b) Juntar cópia da documentação comprobatória do atendimento aos requisitos legais pelo servidor ocupante do cargo de Diretor;

(c) Juntar cópia da documentação comprobatória do atendimento aos requisitos legais vinculados à participação da comunidade na gestão escolar (atas de audiências públicas, reuniões ou quaisquer outras informações que forem pertinentes à verificação da gestão democrática da direção escolar);

(d) Se existente, juntar cópia do Plano de Gestão Escolar vinculado ao servidor que exerce o cargo de Direção de unidade escolar.

É o Relatório.

Diretoria de Atos de Pessoal, em 24 de setembro de 2020.

LUIZ PAULO MONTEIRO MAFRA
Auditor Fiscal de Controle Externo

De acordo:

RAPHAEL PERICO DUTRA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ATOS DE PESSOAL – DAP

Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe de Divisão

Encaminhem-se os autos à Secretaria Geral para proceder à diligência, nos termos do art. 3º da Lei Complementar n. 202/2000 c/c os arts. 123, § 3º e 124, § 1º, da Resolução n. TC 06/2001.

FERNANDA ESMERIO TRINDADE MOTTA
Diretora da DAP, em exercício